

NAÇÃO E IDENTIDADE NA LITERATURA DA GUINÉ-BISSAU

NATION AND IDENTITY IN GUINEA-BISSAU LITERATURE

Letícia Valandro*

RESUMO: Com a conquista da independência política, a Guiné-Bissau assume a tarefa de formar-se como nação e construir sua identidade. Por acreditar que a literatura apresente relevante papel para essa realização, esta análise busca, por meio da trilogia de Abdulai Sila, ponderar como essa complexa construção se vem fundamentando. Os romances *A última tragédia* (1995), *Eterna paixão* (1994) e *Mistida* (1997), ao tratarem de diferentes períodos do território em questão, possibilitam uma apreciação abrangente e elucidativa. Assim, a nação e a identidade guineenses, ainda em processo de construção, já deixam entrever sua característica híbrida, na qual o tradicional e o moderno se conjugam e se entrelaçam.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Abdulai Sila. Literatura. Identidade. Nação.

ABSTRACT: With the achievement of political independence, Guinea-Bissau, a small country located in the westcoast of Africa, assumes the difficult task to constitute itself as a nation and, in this way, to forge its national identity. Believing that literature plays a singular role within this field, the present work, through the trilogy written by the author of the first national novel, Abdulai Sila, aims to analyze how these complex constructions are founded. The novels *A última tragédia* (1995), *Eterna paixão* (1994) e *Mistida* (1997), since they deal with different periods of the territory in question, from colonization to post-independence, make possible an including and elucidative analysis, through the use of hope as main characteristic, in opposite to the difficult reality of post-independence. Thus, the nation and the identity of Guinea-Bissau, a process still under construction, already allow to see its hybrid characteristic, where the traditional and the modern are equally conjugated and interlaced.

Keywords: Guinea-Bissau. Abdulai Sila. Literature. Identity. Nation.

* Doutoranda em Estudos Românicos na Universidade de Lisboa, Portugal. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Bolsista da Capes. E-mail: letivalandro@hotmail.com

Localizada na costa ocidental da África, o primeiro registro de navegadores portugueses na costa da Guiné data de 1446, com a chegada de Nuno Tristão. No entanto, alguns estudiosos chegam a considerar que somente a partir de 1936 se pode falar em colonização de fato, pois, por muito tempo, “para Portugal a Guiné não passava de um entreposto de comércio de escravos, um centro comercial e não uma colônia de assentamento” (SEMEDO, 2010, p. 19). O que os lusos encontraram nesse território costeiro da África foi um grande número de povos de origem, costumes e desenvolvimento bastante variados. Apesar de sua pequena extensão territorial (cerca de 36.000 km²), Réne Pélissier destaca que “desde o princípio se sabe que a Guiné costeira foi um refúgio de numerosos povos recalcados por diferentes invasões. Daqui resulta um mosaico étnico – uma babel negra – de uma complexidade de enlouquecer” (PÉLISSIER, 1997, v. 1, p. 31). A grande tradição de resistência, sem dúvida, é uma das principais características da Guiné e remonta ao início da exploração. Fausto Duarte a descrevia como a “terra temida entre todas as outras, mal afamada, o inferno de África, só boa para degredados” (apud AUGEL, 2007, p. 56). Essa insubmissão e esse anseio por liberdade culminaram na luta armada pela independência do país, que teve à sua frente Amílcar Cabral, grande pensador do movimento independentista luso-africano e um dos fundadores do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, o PAIGC. Desenvolvido no sistema de guerrilha, o conflito durou 11 anos e terminou com a proclamação unilateral da independência pela Guiné em 24 de setembro de 1973, a qual só veio a ser reconhecida por Portugal quase um ano mais tarde, após a queda da ditadura salazarista.

Com a conquista da tão almejada independência política, a Guiné-Bissau assume a difícil tarefa de constituir-se como nação, de forjar sua cultura e identidade nacionais. Por meio da análise da obra de Abdulai Sila, pode-se perceber que o pós-colonialismo, ou seja, “[...] a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra” (HALL, 2003, p. 56), assim como o colonialismo, marcou, mesmo que de diferentes formas, tanto as sociedades colonizadas quanto as colonizadoras. As consequências negativas desse processo “forneceram os fundamentos da mobilização política anticolonial e resultaram no esforço de retornar a um conjunto alternativo de origens culturais não contaminadas pela experiência colonial” (ibid., 2003, p. 108). No entanto, um simples retorno às origens mostrou-se impossível, uma vez que “os efeitos culturais e históricos a longo prazo do ‘transculturalismo’ que caracterizou a experiência colonizadora demonstraram ser irreversíveis” (HALL, 2003, p. 108).

Por meio da “transculturalização”, o grupo subordinado elege e recria a partir daquilo que lhe é transmitido pela cultura metropolitana. “É um processo de ‘zona de contato’, um termo que invoca ‘a co-presença espacial e temporal dos sujeitos anteriormente isolados por disjunturas geográficas e históricas [...] cujas trajetórias agora se cruzam’” (ibid., 2003, p. 31). Essa perspectiva faz-se de forma dialógica, uma vez que se interessa tanto pela forma como o colonizado produz o colonizador quanto pelo contrário, mesmo em uma realidade de poder extremamente desigual. O resultado dessas apropriações e desses condicionamentos é o hibridismo, termo capaz de caracterizar as culturas crescentemente mistas e diaspóricas dessas sociedades. Como esclarece Stuart Hall (2003), o hibridismo não se refere à composição racial mista de uma população, é, sim, outro termo para a lógica da *tradução* cultural.

Esse hibridismo, em um país ainda em construção como a Guiné-Bissau, adquire traços ainda mais volumosos. Pode-se mesmo afirmar, concordando-se com Moema Parente Augel (2007, p. 266), que

A Guiné-Bissau como Estado ainda está envolta em indefinições, herança indigesta do colonialismo, buscando ser nação, buscando uma identidade amalgamadora para cimentar definitivamente as muitas pedras do seu mosaico étnico, fortuitamente ligadas pela argamassa das fronteiras arbitrárias levantadas pelas potências imperialistas.

Sendo a libertação nacional um ato de cultura, como argumentava Amílcar Cabral, a literatura, nesse contexto, apresenta uma importância ímpar, pois “a construção da identidade é indissociável da narrativa e conseqüentemente da literatura” (BERND, 2003, p. 19). Nesse sentido,

Na Guiné-Bissau a literatura que hoje se está fazendo pode contribuir para um processo de tomada de consciência, por parte da população [...], da história coletiva, do especificamente guineense, mas também das belezas e das singularidades da cultura de cada etnia, respeitando as identidades de cada uma, ressaltando a multiplicidade cultural e contribuindo para o entendimento entre os grupos e a superação dos antigos conflitos étnicos (AUGEL, 2007, p. 183).

Em um país com um sistema de ensino ineficiente, onde “a taxa de analfabetismo foi calculada em 74%” (AUGEL, 2007, p. 72), a literatura não perde sua importância. Ela dá o testemunho do desejo de mudança, mesmo que, na verdade, no momento presente os escritores guineenses estejam “escrevendo para o futuro” (AUGEL, 2009, p. 154), dando, como o próprio Sila (2002, p. 12) afirma, “uma explicação à geração que virá depois de nós”. Para contribuir com a mudança dessa realidade, aparece o papel da editora, da qual é sócio, pois o autor acredita que

[...] quebrar esse mito construído ao longo de muito tempo acerca do livro, revelar autores locais, que escrevem sobre temas locais, resgatar essa vasta herança cultural veiculada oralmente e promover a sua mais ampla divulgação através do livro são, na minha opinião, algumas das formas mais eficientes de quebrar esse **algo** que tem impedido que houvesse um maior interesse e empenho das nossas populações em serem alfabetizadas (SILA, 2010, p. 163, grifo do autor).

Autor do primeiro romance nacional guineense, Sila parece tomar para si a responsabilidade que observa na literatura. Ao longo de sua trilogia, nota-se que há, concordando-se com Frantz Fanon, a “cristalização da consciência nacional”, capaz de transformar os gêneros literários e criar um novo público. “Enquanto a princípio o intelectual colonizado produzia pensando exclusivamente no opressor, ou para fasciná-lo ou para denunciá-lo através de categorias étnicas ou subjetivistas, pouco a pouco adota o hábito de se dirigir a seu povo” (FANON, 1979, p. 200). Para Fanon,

[...] é somente a partir desse momento que se pode falar em literatura nacional. Há, ao nível da criação literária, retomada e clarificação dos temas tipicamente nacionalistas. É a literatura de combate propriamente dita, no sentido de que convoca todo um povo à luta pela existência nacional. Literatura de combate, porque informa a consciência nacional, dá-lhe formas, contornos e abre-lhe novas e ilimitadas perspectivas. Literatura

de combate, porque assume um encargo, porque é vontade temporalizada (ibid., 1979, p. 200).

Sila, ao produzir literatura nacional, ao escrever para seu povo, utiliza o passado “com o propósito de abrir o futuro, convidar à ação, fundar a esperança” (ibid., 1979, p. 193). Segundo ele:

Para alcançarmos os objetivos coletivos que almejamos como nação, temos que proceder a mudanças, sobretudo a nível cultural. Uma mudança cultural baseada não nos valores que hoje prevalecem, mas naqueles que, por vários motivos, tendem a ser banalizados. Então é preciso lembrar, ir buscar na nossa História os ingredientes, os valores morais, a motivação de que hoje tanto necessitamos para levar de vencida as complexas tarefas que este momento histórico menos favorável nos coloca (SILA, 2010, p. 164).

Em *A última tragédia*, o autor retoma o trauma decorrente da exploração colonialista. Isso parece resultar da intenção de buscar “aí uma explicação para a origem e as causas dos males atuais” (AUGEL, 2007, p. 305). A memória dos ideais que moveram o povo em busca de liberdade é recuperada na figura do Régulo, representante das ideias de Amílcar Cabral. Esse resgate parece ser imprescindível, tendo em vista que Sila revela, por intermédio dos dois romances seguintes, a situação, ainda atual, de seu país, no qual a memória da luta, e não dos princípios que a moveram, se faz presente como forma de justificativa e manutenção do poder da elite que governa o país.

Em *Eterna paixão* e *Mistida*, o neocolonialismo que caracteriza as nações africanas, bem como a maior parte do “terceiro mundo”, aparece. A importância das elites locais, incapazes de “suicidar-se como classe” (CABRAL, 2011b), como desejava Amílcar Cabral, para a manutenção dessa estrutura de total dependência externa fica nítida. É “*la instrumentalización política del desorden – por locual entendemos el provecho que se puede obtener de la falta de institucionalización de las prácticas políticas*”¹ (CHABAL; DALOZ, 2001, p. 40). Essa política cria um ambiente extremamente favorável à corrupção, à distribuição vertical de vantagens e poder e à transformação da etnicidade em tribalismo político, que resulta na constante tensão entre diferentes etnias.

Observa-se, na obra de Sila, que, para a construção nacional e identitária da Guiné-Bissau, todas essas suas especificidades devem ser levadas em conta. Para tanto, a desordem e o caos devem ser substituídos pela unidade e pelo trabalho coletivo. Afinal, “o fundamento principal da unidade é que para ter unidade é preciso ter coisas diferentes. Se não forem diferentes, não é preciso fazer unidade” (CABRAL, 2011a).

Na Guiné-Bissau, constituída por mais de trinta diferentes grupos étnicos, é a história compartilhada que propicia o sentimento de unidade essencial à nação. Segundo Augel (2007, p. 290), essa convicção de pertencimento ancora-se no momento fundador da nacionalidade que foi a libertação do jugo colonial. Com o fim do domínio colonial, em que o colonizado parecia “condenado a perder progressivamente a memória” (MEMMI, 1967, p. 94), a união contra o inimigo comum, propagada e defendida pelo líder Amílcar Cabral, marca a fundação da nação. Nesse contexto, de acordo com Augel

¹ “Instrumentalização política da desordem – pela qual entendemos o proveito que se pode obter da falta de institucionalização das práticas políticas” (tradução minha).

(2007), os escritores atuam como porta-vozes dessa consciência de identidade coletiva, evidenciando, com isso, a importância da literatura para a formação nacional. Discursivamente, esse primeiro momento de unidade em torno de um objetivo comum – expulsar o explorador – pode ser visto como o “mito fundacional” (HALL, 2006, p. 54) da nação guineense.

Essa unidade, no entanto, não dá cabo à diversidade. Segundo Chabal e Daloz (2001, p. 99), como na África todas as nações são multiétnicas, a única ordem política apropriada seria aquela que deixasse espaço para uma estrutura política baseada nessa realidade multiétnica. Essa ideia parece ser essencial também no aspecto cultural de uma nação formada por tantos grupos étnicos diferentes, com tradições, culturas e línguas diversas.

O hibridismo que constitui o país, e que Sila aponta como essencial para a consolidação de uma nação, a exemplo daquela sonhada por Amílcar Cabral, fica bem visível na trilogia. A presença da cultura africana é bem marcante na narrativa. Produto de muitas etnias, cada qual com sua cultura própria, a Guiné constitui-se sobre esse mosaico, o qual contém traços comuns, unidos sob a abóbada da tradição africana. Tem-se como exemplo, na obra de Sila, a crença em Djambakus, em Yrans, além da forte ligação do homem à natureza. Essa parece acompanhar, vincular-se ao que ocorre na vida das personagens, como anunciadora e determinante dos acontecimentos da existência humana.

Outro traço da cultura africana presente na narrativa são as “passadas”, as histórias ouvidas e contadas oralmente ao longo das gerações. No epílogo de *A última tragédia*, Sila revela ao leitor que a história que acaba de contar é uma passada e garante, ainda, tê-la narrado “sem pôr nem um bocadinho de sal em cima” (SILA, 1995, p. 159). O autor usa, portanto, uma típica forma de propagação e manutenção da memória cultural de um povo como moldura da história que conta – também essa, faz crer, pertencente à memória da coletividade guineense. Em *Mistida* também há essa referência, sublinhando ainda mais sua relevância para a cultura local.

Ao lado da cultura africana, pode-se observar a presença de elementos culturais, os quais, trazidos pelo colonizador, integram a paisagem guineense. A necessidade da criação de escolas, apregoada pelo Régulo, é um exemplo disso. Para ele, criar escolas não era “coisa de querer copiar os brancos” (ibid., 1995, p. 81), mas, sim, um investimento para o futuro capaz de proporcionar o desenvolvimento nacional, de melhorar, de facilitar a vida de seus habitantes. Nessas escolas, como demonstra o desejo de Ndani, ao lado dos professores haveria *homens e mulheres grandes* a ensinar, em mais uma explícita conjugação de culturas.

Em Woyowayan, na tabanca idealizada, lugar dos saberes tradicionais, os quais, na ânsia pelo progresso, muitas vezes são desprestigiados e diminuídos, também se pode perceber esse hibridismo, concretizado, por exemplo, na convivência entre Yrans e Marabús com “um enfermeiro e uma parteira” (SILA, 2002, p. 302) no posto de saúde. A incorporação de novas tecnologias também se faz presente no pequeno e tradicional povoado, como os tratores para as lavouras e a energia elétrica. Portanto, em um ambiente tradicionalmente africano, em que a língua, as vestimentas e a cultura local se mostram amplamente valorizadas, a implantação de modernas tecnologias pode-se realizar sem prejuízos. Ao contrário, a conjugação de tais elementos mostra-se essencial para um pleno e expressivo desenvolvimento. Foi essa união, aliada a uma administração voltada ao bem comum, que fez de Woyowayan a sociedade ideal.

Dessa forma, Sila realça a possibilidade e, até mesmo, a necessidade da coexistência pacífica e proveitosa tanto do tradicional quanto do moderno, do tecnológico, assim como a capacidade de tradução e adaptação do legado do

colonizador. Como um dos “intelectuais africanos engajados”, o autor realiza aquilo que Benjamin Abdala Júnior chama de “práxis transformadora”, na qual “a apreensão dos fragmentos das culturas tradicionais só seria possível para eles em termos de modernidade – uma atualização progressista do passado que se faz presente” (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 40).

A máxima expressão do hibridismo que caracteriza a cultura guineense aparece em um aspecto formal. Junto à língua oficial – o português – aparecem nomes, palavras, expressões, ditados em crioulo, ou concordando-se com Luigi Scantamburlo (1999), em “guineense”, uma vez que hoje ela já é a “língua materna ou língua segunda para a maioria dos habitantes da capital e das ‘praças” (SCANTAMBURLO, 1999, p. 15).

O guineense mostra-se ainda a única “língua capaz de se impor em todo o território nacional e de assumir também o papel de símbolo nacional” (ibid., 1999, p. 16) diante da multiplicidade das línguas étnicas existentes e do pequeno número de falantes de português (que não chega a 30% da população). Simboliza e sintetiza, portanto, a constituição híbrida de uma nação marcada por séculos de exploração e dominação colonialista.

Diante do dilema que marca a escolha do idioma no qual escrever, Sila opta pela escrita em português, permeada por vocábulos e expressões crioulas e em algumas línguas étnicas. A apropriação das línguas herdadas mostra-se uma “atitude tipicamente anticolonial, sentida por alguns como um meio de autoafirmação e um ato de liberdade [...] reinventando e reterritorializando o idioma imposto” (AUGEL, 2010, p. 42). Em sua escrita, portanto,

[...] constata-se estratégias estilísticas que ressaltam o lugar de quem fala e procura o seu próprio espaço de enunciação. O idioma oficial e elitista, a estética legitimada e as regras canônicas são desmontados e desestabilizados, dando lugar a uma nova ordem, a um novo território inventivo e libertário, abrindo um espaço de expressão contestatária de grande força simbólica (ibid., 2010, p. 42).

Ao lado do vocabulário diferenciado, aparecem transgressões à sintaxe canônica, sobretudo quando se trata das falas das personagens. Como atenta Augel (2010), Sila faz uso de torneios sintáticos próprios da língua guineense, evidenciando, assim, o lugar de quem fala. A relevância dessa opção estilística de Sila, sob a óptica de uma perspectiva sociodiscursiva da linguagem, mostra-se fundamental para a percepção de seu posicionamento e realização como escritor consciente de sua responsabilidade. Isso porque, de acordo com Mikhail Bakhtin,

[...] as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o **indicador** mais sensível de todas as transformações sociais [...]. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKHTIN, 1981, p. 41, grifo do autor).

Nesse sentido, há, sem dúvida,

[...] uma simbiose entre cultura e língua: cada língua é **produto** duma cultura particular, pelo facto de ser obrigada a adaptar-se a esta cultura para poder transmiti-la por meio dos signos linguísticos, e é também **produtor** da mesma, porque, através da comunicação entre os seus locutores, formam-se e transformam-se as várias representações e os comportamentos colectivos face à realidade (SCANTAMBURLO, 1999, p. 21, grifos do autor).

A partir dessa perspectiva, a passagem pelo “Terceiro Espaço” de que fala Homi Bhabha (1998), que representa, além das condições gerais da linguagem, a ligação do enunciado em uma estratégia performativa e institucional, não só se torna possível, como se faz essencial, pois “um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra” (BAKHTIN, 1981, p. 32). A ambivalência no ato de interpretação, consequência da passagem por esse espaço-cisão, desfaz totalmente a ideia de homogeneidade nacional, cultural, identitária.

Esse “Terceiro Espaço” é o responsável por constituir “as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos de outro modo” (BHABHA, 1998, p. 68). Daí, por meio das escolhas e das formas linguísticas da obra de Sila, ser possível observar, com nitidez, a maneira híbrida segundo a qual a cultura e a identidade nacional da Guiné-Bissau vêm se constituindo, baseadas na “tradução”, na ressignificação dos signos sociais da metrópole, como também da modernidade, ao lado da valorização da cultura tradicional.

A trilogia de Abdulai Sila, dessa forma, deixa clara sua inestimável valia e contribuição ímpar para a formação nacional e identitária da Guiné-Bissau. A fim de que o jovem país encontre o rumo do desenvolvimento e viva, decididamente, sua última tragédia, a “construção de uma nação pacífica e próspera, livre dos fantasmas da escuridão e da ignorância” deve tornar-se “a maior e comum mistida de todos os cidadãos” (SILA, 1997, p. 202). Somente assim os sonhos de Amílcar Cabral e de todos aqueles que, como Sila, nutrem uma eterna paixão por sua terra finalmente tornar-se-ão reais. Afinal, como dizia o grande líder africano,

Na medida em que somos capazes de pensar no nosso problema comum, nos problemas do nosso povo, da nossa gente, pondo no devido nível os nossos problemas pessoais e, se necessário, sacrificando os interesses pessoais, somos capazes de fazer milagres (CABRAL, 2011c).

REFERÊNCIAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- _____. A fundação simbólica e social da língua guineense na prosa e na poesia. *África, escritas literárias*: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e

- Príncipe. organizado por SECCO, Carmen Tindó; SALGADO, Maria Teresa; JORGE; Sílvio Renato (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Angola: UEA, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CABRAL, Amílcar. *Unidade e luta*. Disponível em: <<http://www.didinho.org/amilcalcabral.html>>. Acesso em: 10 mar. 2011a.
- _____. *Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social*. Disponível em: <<http://www.didinho.org/amilcalcabral.html>>. Acesso em: 10 mar. 2011b.
- _____. *O nosso partido e luta devem ser dirigidos pelos melhores filhos do nosso povo*. Disponível em: <<http://www.didinho.org/amilcalcabral.html>>. Acesso em: 10 mar. 2011c.
- CHABAL, Patrick; DALOZ Jean-Pascal. *África camina: El desorden como instrumento político*. Trad. Rolando Sánchez e Rogelio Saunders.. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2001.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. SOVIK, Liv (Org.). Tradução: Adelaine La Guardia Resende; Ana Carolina Escosteguy; Cláudia Álvares; Francisco Rüdiger; Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.
- _____. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2006.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia – 1841-1936*. Tradução: Franco de Sousa. Volume I. Editorial Estampa. Lisboa, 1997.
- _____. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia – 1841-1936*. Trad. Franco de Sousa. vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- SCANTAMBURLO, Luigi. *Dicionário do guineense volume I: introdução e notas gramaticais*. Lisboa: Edições Colibri; Faspebi, 1999.
- SEMEDO, Odete Costa. *Guiné-Bissau: história, culturas, sociedade e literatura*. Belo Horizonte: Nadyala, 2010.
- SILA, Abdulai. *A última tragédia*. Bissau: Ku Si Mon Editora, 1995.
- _____. *Mistida*. Bissau: Ku Si Mon Editora, 1997.
- _____. *Mistida (Trilogia)*. Praia – Mindelo: Centro Cultural Português, 2002.
- _____. O livro como arma: entrevista com Abdulai Sila. *O Marrare*, Rio de Janeiro, n. 13, ano 10, p. 161-168, 2^o sem. 2010. Entrevista concedida a Érica Bispo.